

O Boletim Económico é uma publicação do portal www.esquerda.net e tem como objectivo informar e discutir temas de economia e sociedade.

Para qualquer informação: Gustavo Sugahara (tel. 213 919 307) ou mail economia@esquerda.net

SUMÁRIO EXECUTIVO:

O 3º CHOQUE PETROLÍFERO?

- Aumento brusco das cotações internacionais, com forte impacto na economia
- Vulnerabilidade persiste
- Elevada Taxa de Desemprego (7,3%) e economia estagnada

UM BEM COM CARACTERÍSTICAS PECULIARES:

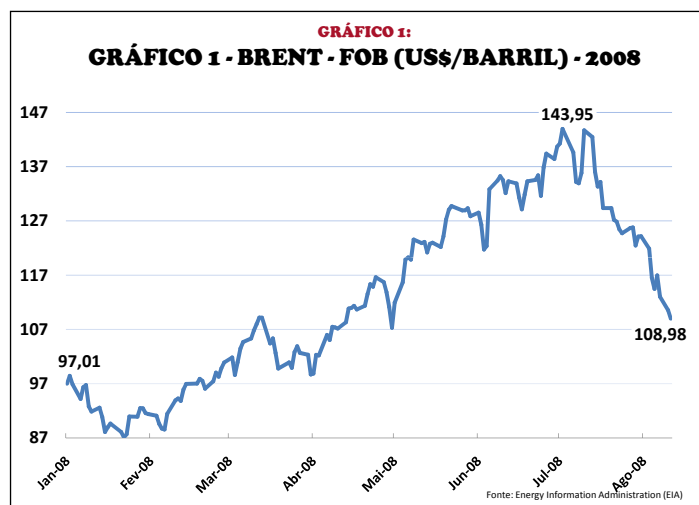
- Petróleo tem influência directa sobre diversos sectores produtivos
- As análises sobre oferta e procura internacional carecem de informações fidedignas
- Impacto da Desvalorização do Dólar deve ser relativizado
- Participação no mercado operada pelos especuladores saltou de 37% em 2000, para 71% em Abril de 2008
- Um bem estratégico num mercado não concorrencial
- As cotações do barril nos mercados de referência representam apenas parte do preço que observamos nas bombas de gasolina
- Formação de preços com pouca transparência

TRANSPARÊNCIA E COORDENAÇÃO – PARA ALÉM DA “ROBIN DOS BOSQUES”

- Análises de oferta e procura não captam deficiências do mercado
- O impacto mediático das oscilações nas cotações internacionais não pode servir como justificação directa para o aumento dos preços no mercado doméstico
- “Robin dos Bosques” não contribui para a transparência no mercado e representa apenas uma antecipação dos impostos
- A definição de um preço máximo unitário de venda ao público teria o grande mérito de evidenciar o processo de formação de preços e desincentivar a especulação

MAIS NOTÍCIAS NESTE BOLETIM

- Economia Portuguesa ainda espera pelo pior
- Banca vai ter de devolver arredondamentos



O 3º CHOQUE PETROLÍFERO?

As quedas recentes observadas nas cotações do petróleo das principais praças do mundo são sem dúvida motivo de grande alívio para o mercado internacional. A aceleração dos preços no início do ano, como é o caso do Brent (gráfico 1), um dos principais mercados de referência para os preços do petróleo em Portugal, teve um forte impacto na performance da economia, resultando inclusive na criação da polémica taxa “Robin dos Bosques”.

No momento em que as nuvens negras se parecem dissipar, é importante não deixar que o debate se perca e lembrar que

outras medidas, realmente capazes de suplantar a vulnerabilidade do mercado doméstico no sector, ainda precisam de ser tomadas.

O “alívio” trazido pela divulgação dos números do crescimento económico, a partir dos quais se afirma que Portugal escapa à recessão técnica, continua a contrastar com a persistência de uma elevada taxa de desemprego (7,3% no segundo trimestre de 2008, cerca de 409 mil desempregados) e com a estagnação da economia portuguesa (ver notícia na última página).

GRÁFICO 1:

GRÁFICO 1 – BRENT – FOB (US\$/BARRIL) – 2008



UM BEM COM CARACTERÍSTICAS PECULIARES:

No Boletim Económico nº 5 vimos como o petróleo tem influência directa sobre diversos sectores produtivos, assumindo um papel preponderante no bom funcionamento da economia, justificando assim a grande preocupação dos governos. O forte aumento nas cotações internacionais do petróleo trouxe à tona a sua importância estratégica e o debate sobre a intervenção pública no sector. Afinal, por que é que os preços subiram tanto? É possível fazer alguma coisa? Quais as consequências?

A explicação habitualmente avançada tenta a todo o custo justificar o aumento dos preços com o desajuste entre a oferta e a procura. Como veremos são frágeis os argumentos neste sentido. As análises do tipo oferta e procura têm sistematicamente apontado as mudanças nos padrões de consumo dos países em desenvolvimento como a grande chave para compreender as alterações no quadro da procura internacional. Pese embora a real influência da componente procura por parte dos países em desenvolvimento, é fundamental esclarecer que tais análises sofrem com a ausência de informações fidedignas em relação às reservas estratégicas de muitos países, à real capacidade de importantes poços, e as perspectivas para novos. A ausência de informação minimamente fiável sobre estes factores fragiliza muito as análises de oferta e procura internacional.

Ainda para completar esta linha de análise, vale a pena referir que os conflitos envolvendo grandes países exportadores, como o Iraque, também têm forte repercussão sobre o mercado.

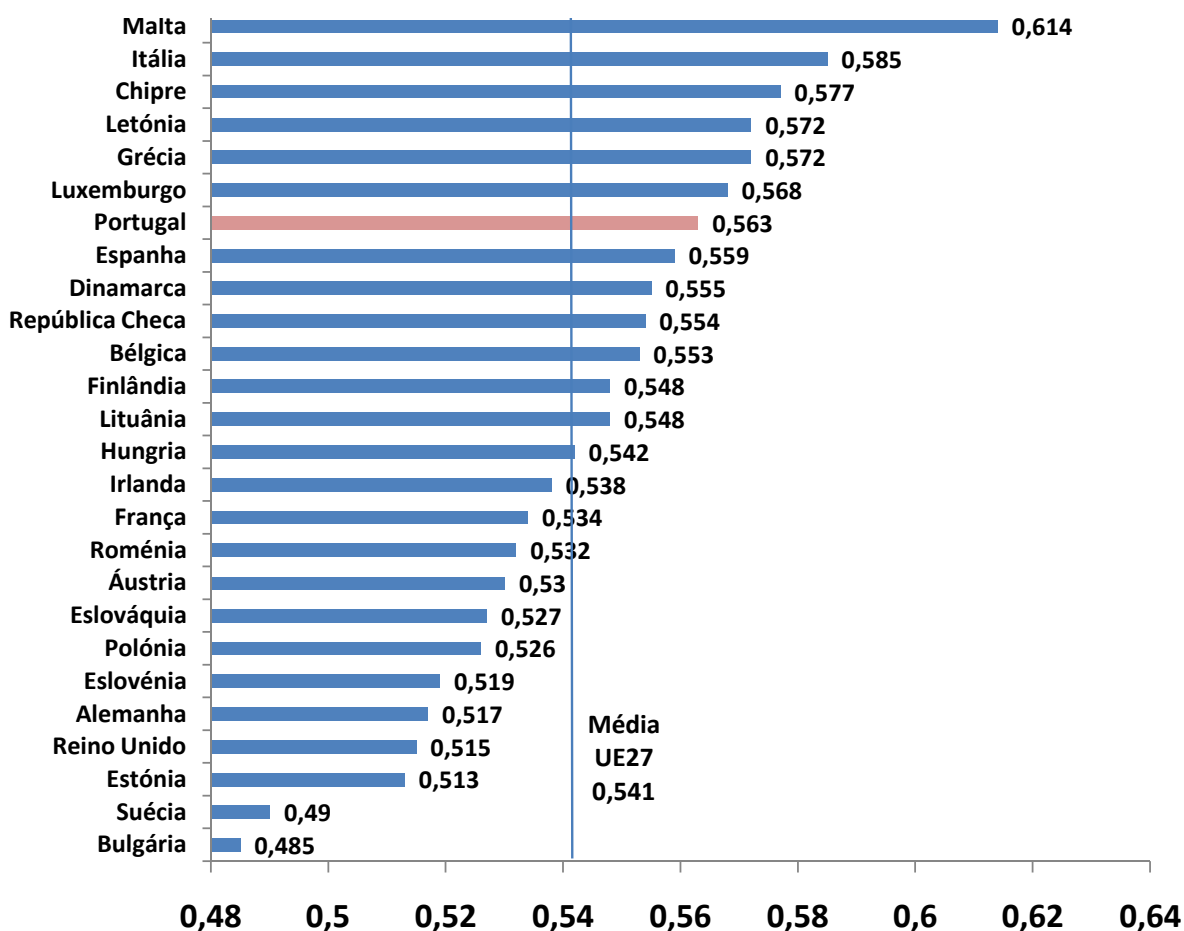
Outro ponto bastante referido nas análises internacionais sublinha a importância da questão da desvalorização do dólar e a compensação via o aumento nas cotações seria fruto de uma compensação deste efeito. Assim sendo, a análise para os preços no mercado doméstico também deveria ter em conta a valorização do euro.

Por fim, a especulação no mercado petrolífero apresenta números difíceis de ignorar. Segundo a Comissão de Mercados de Futuros de Matérias-primas dos EUA, a participação no mercado

operada por especuladores saltou de 37% em 2000 para 71% em Abril de 2008. A exemplo do que observamos nos produtos alimentares (ver be#5), o mercado do petróleo também parece sofrer forte influência dos especuladores. No Esquerda nº30 (pp. 8 e 9), João Romão apresenta alguns outros aspectos relevantes sobre o lobby e outros interesses que têm forte influência sobre as cotações.

Delineadas algumas das principais questões para pensarmos a dinâmica dos preços no mercado internacional, resta-nos olhar para os efeitos observados no mercado interno.

GRÁFICO 2:
PMVP ANTES DE IMPOSTOS DA GASOLINA IO95 NA UE
(MÉDIA DE PREÇOS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2008)



Lembrando que o petróleo possui diversos derivados passamos agora a falar especificamente dos combustíveis. Como vimos no Boletim Económico nº3 alguns produtos e serviços possuem características peculiares, onde a presença do Estado é fundamental para o seu "bom funcionamento". Os combustíveis são disto um bom exemplo.

Em Portugal os elevados custos e a dimensão do país são alguns dos motivos que tornam inviável a existência de mais de uma refinaria. Como uma primeira nota devemos recordar que as cotações do barril nos mercados de referência representam apenas parte do preço que observamos nas bombas de gasolina. Transporte, margens de refinação e impostos, representam mais da metade do preço final dos combustíveis em Portugal.

A privatização da Petrogal no início dos anos 90 teve como principal promessa a garantia de diminuição nos preços dos combustíveis no consumidor final, fruto da milagrosa concorrência. A “nova” Galp é a única empresa que refina o petróleo em Portugal, sendo ainda responsável pelo controlo de 75% da capacidade total de armazenagem e de mais de 80% do abastecimento do consumo nacional de combustíveis líquidos e gasosos. A venda a retalho ao público no território nacional continental é fortemente concentrada em três operadoras: Galp, Repsol e BP, com mais de 70% da actividade¹.

Por mais que a Autoridade da Concorrência se esforce, é difícil justificar a vergonhosa e flagrante coordenação de preços nas auto-estradas e o lucro de 109 milhões de euros auferidos pela Galp no primeiro trimestre de 2008, diante da profunda crise instaurada. Deve-se clarificar os critérios utilizados para as remunerações totais do conselho de administração da Galp em 2007, cerca de 5,526 milhões de euros, bem como o valor da remuneração anual base de 325.058 euros paga aos administradores, que tiveram ainda prémios na ordem de 73.823 euros.

Além do grande deficit democrático que persiste nestes grupos, que penaliza amplamente os trabalhadores, não é difícil perceber que os lucros observados pouco ou nada têm a ver com ganhos de eficiência e competitividade, tão reivindicados no léxico de quem vê no mercado as soluções para todos os problemas. O Gráfico 2 permite-nos comparar os Preços Médios de Venda ao Público entre os países da Europa a 27. Tendo um dos preços mais elevados, superior à média europeia, é fundamental clarificar quais os motivos para tal facto.

TRANSPARÊNCIA E COORDENAÇÃO – PARA ALÉM DA “ROBIN DOS BOSQUES”

Embora as análises de oferta e procura tenham como principal resultado anular qualquer perspectiva crítica em relação ao funcionamento do mercado de combustíveis, é salutar o despertar para a necessidade de se pensar em alternativas de produção e hábitos de consumo mais racionais e sustentáveis. Neste sentido, a redução de impostos, para além de extremamente injusta, daria o sinal contrário ao desejado, configurando um estímulo ao consumo.

O impacto mediático das oscilações nas cotações internacionais não pode servir como justificação directa para o aumento dos preços no mercado doméstico. Como já vimos, apenas parte deste valor se reflecte no preço final, lembrando ainda que o petróleo utilizado na refinação em Portugal é adquirido com cerca de 2,5 meses de antecedência.

Na perspectiva internacional é imperativo combater a especulação sem limites e continuar o trabalho no sentido de reduzir a forte dependência externa.

No mercado doméstico ainda há muito que fazer para que o mercado de combustíveis se torne realmente transparente. O anúncio da Taxa de tributação autónoma para empresas de fabricação e de distribuição de produtos petrolíferos refinados, popularmente “Robin dos Bosques”, pouco contribui para isto. Sobre esta, as afirmações da

(1) Informações disponíveis no Relatório da Autoridade da Concorrência sobre o Mercado dos Combustíveis em Portugal de 2 Junho 2008



GALP são bastante elucidativas. No seu comunicado de 10 de Julho de 2008, a empresa afirma: “a nível de resultado líquido (...) não tem qualquer impacto”. Veiculada como uma taxa capaz de “reequacionar” os lucros excessivos advindos da valorização do preço do petróleo, representa na prática apenas uma antecipação dos impostos.

A definição de um preço máximo unitário de venda ao público seria uma possível alternativa adequada ao actual funcionamento do mercado de combustíveis. Ao reflectir a valorização da tonelada no mercado internacional, os custos de armazenagem, e o valor das margens de distribuição, teria o grande mérito de evidenciar o processo de formação de preços. A utilização de mecanismos simples como o das médias móveis garantiria a correspondência com os preços internacionais sendo ainda um efectivo mecanismo de desincentivo ao comportamento especulativo. Como bem essencial e estratégico para a economia é fundamental a intervenção pública, de forma a garantir a estabilidade na sua provisão e evitar que o benefício privado de rentistas se sobreponha ao bom funcionamento da economia.

ECONOMIA PORTUGUESA AINDA ESPERA PELO PIOR



Foto supermariolxpt/Flickr

As últimas estatísticas económicas divulgadas pelo EUROSTAT mantêm algumas dúvidas sobre o rumo da economia portuguesa.

A ideia de resistência à crise, difundida com a divulgação dos últimos números do crescimento económico, parece pouco adequada e omite o facto da performance da economia portuguesa continuar a ser muito inferior à dos demais países

europeus.

O crescimento do PIB de 0,9%, e do Emprego, 1,4%, no 2º trimestre deste ano face a igual trimestre do ano passado, ainda não chegam para reverter o quadro de profunda estagnação. Alguns economistas chamaram atenção para o facto dos números de PIB e Emprego conjugados representarem uma diminuição na produtividade.

Tal facto pode ser parcialmente explicado pelo aumento do fosso salarial entre os trabalhadores que entram no mercado de trabalho e os que já estão a trabalhar. Para se ter uma ideia, em 2002 os trabalhadores recém-contratados recebiam menos 4,2% do que os já a trabalhar; esta diferença aumentou para 7% em 2005. As consequências da obsessão pela redução do défice fazem-se sentir cada vez mais, principalmente pelo forte desinvestimento público.

Para agravar a crise confirmou-se no início de Julho o aumento da taxa de juro de referência para a Zona Euro anunciado pelo Banco Central Europeu.

As esperanças ficam depositadas no aumento da procura externa por parte de países como o Brasil e Angola, e na manutenção da queda nos preços das matérias primas. Em ano de eleições espera-se ainda o acelerar do ritmo nos gastos com obras públicas e o consequente estímulo ao crescimento económico.

BANCOS VÃO TER DE DEVOLVER ARREDONDAMENTOS

No último mês de Julho a Procuradoria-Geral da República considerou abusiva a cláusula dos arredondamentos e avançou com acções contra os bancos.

A DECO e a SEFIN já estão a trabalhar com a Procuradoria-Geral da República, Associação Portuguesa de Bancos e Secretaria de Estado da Defesa do Consumidor para encontrar soluções para os clientes lesados.

São cerca de 2 milhões de famílias lesados em valores estimados em cerca de 100 milhões de euros.

A luta agora é pela mobilização dos cidadãos, visto que é fundamental que os lesados avancem com acções. Os clientes lesados são orientados a tentar uma primeira negociação com o próprio banco. Mais de 400 clientes já entraram com pedidos de esclarecimentos e reclamações. Após anos de práticas de licitude duvidosa, e devido à forte pressão por parte dos consumidores, um diploma do governo obrigou as instituições financeiras a arre-



dondar a taxa de juro à milésima. No site da DECO é possível simular quanto tem a receber.

Foto teclalog/Flickr